

## “MINHA PÁTRIA”: O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO CÍVICO-PATRIÓTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1908-1916)

Rosângela Maria Araújo da Silva<sup>1</sup>  
Sara Raphela Machado de Amorim<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar o ensino de história desenvolvido nas escolas primárias do Rio Grande do Norte, tendo como fonte principal para análise o livro didático “Minha Pátria: ensino da História do Brasil no Segundo Anno do Curso Preliminar” (1916) do autor João Pinto e Silva, material indicado para a disciplina de história nas instituições de ensino da capital e interior do estado potiguar. Os livros didáticos enquanto fontes ou objetos se caracterizam como meios de propagação de informações mesmo que sejam lacunares, mas que vão sendo desvendadas ao longo das investigações. A delimitação do recorte histórico justifica-se por ser um período marcado por mudanças na área educacional do Rio Grande do Norte, momento em que ocorreram duas reformas no setor do ensino público do estado, correspondendo também à edição da obra analisada. O estudo busca, portanto verificar a inserção do ensino de história nas escolas do Rio Grande do Norte, bem como identificar como os conteúdos se apresentavam no livro didático como subsidio para a formação cívico-patriótica. Como aporte teórico-metodológico aponta-se os estudos de Souza (2008), Chervel (1990), Araújo Neto (2006), para o entendimento de questões referentes às organizações educacionais, disciplinas escolares e a materialidade dos livros.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Livro didático, Formação cívico-patriótica.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo acerca do ensino através de seus princípios, métodos, práticas e materiais didáticos, vêm ganhando relevo nas pesquisas em História da Educação, possibilitando a compreensão da construção histórica de ideários educacionais, por entre avanços e desafios que configuraram o cenário de determinada época. Pesquisadores têm destacado a história das disciplinas escolares, fazeres e saberes pensados/praticados nas instituições educacionais.

Quanto à importância de investigar sobre o ensino, o livro didático vem se destacando como uma fonte documental primordial para os estudos e pesquisas no campo historiográfico. As notas com orientações do fazer metodológico, os prefácios, as dedicatórias, ilustrações, a forma como autor escreve os conteúdos, todos esses elementos nos dão um leque de

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Colaboradora do Núcleo de Pesquisa em Educação – Nuped/UERN. Contato: [rosa\\_araujo2012@hotmail.com](mailto:rosa_araujo2012@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: [raphaela.amorim@hotmail.com](mailto:raphaela.amorim@hotmail.com)

possibilidades para investigação. No que concerne os estudos sobre o ensino nas escolas primárias do Rio Grande do Norte, destaco que a educação do estado no período republicano estava baseada em princípios norteadores para a construção e formação de uma sociedade que demonstrasse respeito e obediência aos símbolos do patriotismo.

Nesse sentido, os métodos e práticas a serem difundidos no âmbito escolar como meio de formar um homem patriótico, encontrava-se imbricados nos estudos da disciplina de história. É importante ressaltar que a curiosidade de pesquisar sobre o ensino de história como parte da formação dos sujeitos norte-rio-grandenses, deu-se a partir do contato com o Regimento Interno dos Grupos Escolares (1925), documento este que serviu como fonte de pesquisa para a construção do meu trabalho de conclusão do curso de pedagogia. No interior do referido documento percebemos uma variedade de livros didáticos que eram indicados para o ensino de história, o que me instigou a desenvolver o estudo ora em questão.

No presente artigo, buscamos analisar o material didático *Minha Pátria* (1916), do autor João Pinto e Silva, indicado para o ensino de história nas escolas do Rio Grande do Norte, e o Regimento Interno para os Grupos Escolares (1925) como fonte secundária. Como aporte teórico-metodológico aponta-se os estudos de Souza (2008), Chervel (1990), Araújo Neto (2006), como subsídio para o entendimento de questões referentes às organizações educacionais, disciplinas escolares e a materialidade dos livros.

A partir da revisão da literatura identificamos a existência de um artigo de Adriana Moreira Lins de Medeiros, no qual a autora discute sobre o ensino de história nas escolas do Rio Grande do Norte no período republicano, embasando-se no estudo da inserção da disciplina de história no currículo escolar. Em suma, esta pesquisa diferencia-se do trabalho da autora, por se tratar de uma análise voltada com especificidade para um livro didático. A delimitação do recorte histórico justifica-se por ser um período marcado por mudanças na área educacional do Rio Grande do Norte, como também corresponde ao ano de edição da fonte primária analisada.

## **A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: AS REORGANIZAÇÕES DA ESCOLA PRIMÁRIA**

Após a proclamação da República, o ensino público primário de todo o país passou por várias reformas, sendo necessário que houvesse escolas nas capitais e nos interiores dos estados, com isso fosse instruída uma educação que estabelecesse no sujeito um caráter que estivesse dentro dos preceitos patrióticos, cívicos e morais da sociedade. A educação era tida como a base elementar que formaria o homem para atuar na esfera do mercado de trabalho, e

para isso era necessário que houvesse mudanças e qualificações no ensino primário. Carvalho (2016) apresenta que com a proclamação da República, o Estado de São Paulo buscou usar investimentos para a organização de um ensino que fosse de uma categoria modelar. Outros estados brasileiros adotaram os modelos de educação reorganização das instituições escolares.

No Rio Grande do Norte, intelectuais e líderes políticos propuseram de maneira semelhante aos demais estados, que também houvesse uma reforma do ensino público. Os primeiros rumos da reforma no ensino aconteceram em 1906 quando Francisco Pinto de Abreu, que estava sob a direção do Atheneu Norte-Rio-Grandense emitiu uma nota em seu relatório anual para Augusto Tavares de Lyra, então governador norte-rio-grandense. Nas linhas do referido relatório, Pinto de Abreu relatava a sua preocupação em relação ao ensino do Estado. A educação sofria uma séria desqualificação, as poucas escolas que existiam estavam em situação de precariedade, além da forte depredação na parte da infraestrutura não se tinha materiais suficientes e adequados para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Pinto de Abreu apontava que a necessidade de haver uma reforma no ensino primário era de urgência. Para ele a instrução primária era importante para todos os setores da sociedade, sem distinção de classes sociais, tendo em vista que é nessa base que se edifica os saberes necessários de um povo. “No referido relatório o Diretor do Atheneu apresentava uma proposta de reforma, que posteriormente ficou conhecida como Reforma Pinto de Abreu” (SILVA, 2010, p.54). A reforma objetivava estabelecer uma base de ensino no ideário norte-rio-grandense que preparasse cidadãos aptos para atuarem na esfera econômica que se moldava no período republicano, com isso era preciso que se formasse uma população letrada, que saísse das margens do analfabetismo.

Faria Filho (2016, p. 137) afirma que “instruir as classes inferiores era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação [...]”. Instruir a escola primária daria possibilidades de criar um projeto de nação independente, onde o povo teria condições de escolher qual caminho seguir, mas, sobretudo serem orientados a não se desviarem daquilo que almejavam prosseguir. O real objetivo era formar o cidadão dentro daquilo que era condizente com o Brasil republicano, um sujeito que se tornaria apto para participar de uma vida pública e atender as necessidades trabalhistas que o mundo capitalista estabelecia, era nesse viés se formaria uma sociedade com condições de entender e estar de frente com aquilo que o governo determinava.

Tendo em vista a necessidade e melhoria no ensino norte-rio-grandense, no ano de 1907, na transição do governo Augusto Tavares de Lyra, para, Antônio Jose de Melo e Souza, o Congresso Legislativo do Estado em 22 de novembro de 1907 votou a Lei n. 249,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

que autorizava a reforma na Instrução Pública, com destaque para o ensino primário, que a partir dessa reforma ganharia novos moldes e as qualificações necessárias para a melhoria educação.

A reforma idealizada por Pinto de Abreu tinha como pauta a criação de uma rede de Grupos Escolares por todo o Estado. Em 05 de Março de 1908, pelo Decreto n. 174 foi criado o primeiro Grupo Escolar de Natal, denominado Augusto Severo. O prédio contava com uma arquitetura ampla e moderna, atendendo aos requisitos das instituições do Estado de São Paulo. O poder republicano buscava colocar em prática um ensino que formasse o cidadão para viver de acordo com aquilo que a ordem progressista esperava da sociedade. O homem do período republicano deveria mostrar obediência, e está em constante sintonia com as causas de civilidade e patriotismo:

À escola primária foram atribuídas inúmeras finalidades e grandes expectativas. Caberia a ela moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, inculcando-lhes especialmente valores e virtudes morais, normas de civilidade e amor ao trabalho, o respeito aos seus superiores, o apreço pela pontualidade, pela ordem e pelo asseio. E, de modo muito especial deveria a escola popular colaborar na importantíssima obra de consolidação com a nação brasileira, veiculando valores cívico-patrióticos, por meio dos quais cultivaria nas novas gerações o amor pela pátria. (SOUZA, 2008, p.37-38)

É notável o quanto a escola primária seria o ápice para a propagação e difusão de valores de uma nova sociedade que ora se formava. O cidadão republicano seria imbuído dos saberes que eram tidos como essenciais para a formação de uma nação. Todavia, as medidas adotadas pelo campo educativo buscava instituir a escola como uma base que fosse comprometida com as causas sociais.

O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo teve seu primeiro Regimento Interno expedido em 1º de julho de 1909, que serviu como referência para a organização do ensino em todas as escolas primárias do Rio grande do Norte. O referido documento versava sobre assuntos relacionados ao período letivo, ficha de matrícula, frequência, a forma de disciplinar os alunos. Além das regras estabelecidas para o funcionamento dos prédios escolares, o regimento trazia em seu interior normas condizentes para a organização do corpo docente, como também a indicação de livros didáticos para uso dos professores e alunos. A educação a ser desenvolvida nas escolas primárias, de acordo com o documento, deveria ser uma educação responsável pela formação moral, intelectual, física e cívica.

Diante dos efeitos positivos da reforma de 1908, em 29 de Novembro do ano de 1916, uma nova reforma educacional ocorre no Rio grande do Norte. A Lei n.405 autorizou a

reorganização do Ensino Primário, Secundário e Profissional do estado. Essa nova lei criou os Conselhos Escolares, sendo esses responsáveis pela fiscalização do ensino nas instituições escolares, como também os caixas escolares para os diversos Grupos Escolares já existentes no Rio Grande do Norte.

Dessa forma, as reformas educacionais de 1908 e 1916 buscaram edificar uma educação que viesse a diminuir o analfabetismo presente no estado potiguar, e, sobretudo desenvolver um ensino condizente com as ideias que eram pautadas pelo modelo republicano. Ter conhecimento da nova sociedade que ora se formava conhecer fatos sobre os heróis e símbolos que fizeram parte da história nacional como também regional, eram os principais requisitos para a formação cívico-patriótica do cidadão norte-rio-grandense. Partindo do pressuposto que essa formação estava ligada a disciplina de história, é importante fomentar como essas discussões eram colocadas em questão nos conteúdos dos livros didáticos de história que eram indicados para as escolas primárias do Rio grande do Norte.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO RN**

O modelo de ensino republicano tinha como objetivo implementar nas escolas de todo o país, princípios, métodos e processos condizentes com o que havia de mais moderno para a área no momento. Dentro dos moldes da modernidade almejada pelos republicanos, o ensino de História no Rio Grande do Norte tornou-se regularmente oficializado. Medeiros (2004, p. 6) afirma que “no ano de 1908 o Regulamento do Grupo Escolar Augusto Severo determinou a História como uma disciplina autônoma, definitivamente separada da Geografia”. Em sua denominação a disciplina ficou estabelecida como Rudimentos de História Pátria, no que diz respeito ao currículo, a autora destaca que o regulamento não especificava os conteúdos a serem ministrados nesta disciplina. Somente na edição do Regimento Interno para os Grupos Escolares de 1913, aparecem de maneira especificada os conteúdos e como deveriam ser trabalhados na disciplina:

O Regimento de 1913 especifica que a História deveria ser “um meio de provocar o entusiasmo pelos heróis da Pátria” e deveria também ser contada como nos contos de trancoso, fantasticamente, e não por meio de sabatinas e detenções de memória. O ensino de História deveria ser primordial para a formação do jovem cidadão brasileiro, e não fazê-lo decorar nomes e datas (MEDEIROS, 2004, p.6).

No tocante a investigação da inserção de disciplinas nos programas de ensino, Chervel (1990) discute a história das disciplinas escolares, apontando que toda escola é portadora de

características que em si são de certo modo particulares, dessa forma, é possível identificar mudanças ou permanências de conteúdos que possam ter ocorrido em determinadas disciplinas:

Se se pode atribuir um papel estruturante da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente educativo do sistema escolar e, portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, p. 184)

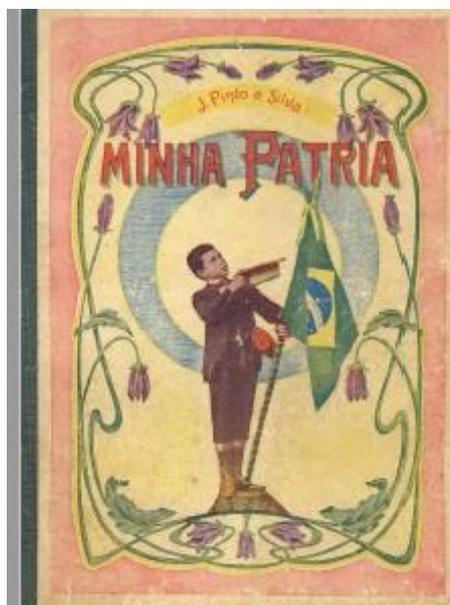
Partindo dessa compreensão torna-se evidente o porquê do ensino de história se caracterizar como um elemento primordial para a construção de saberes formativos para a sociedade republicana que se esperava formar. Durante o século XIX o ensino de História se agregou ao conjunto de disciplinas que foram fundamentais no processo de ensino brasileiro, como aponta Bittencourt (2009, p.60):

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, a medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma história nacional e como instrumento pedagógico significativo na constituição da identidade nacional.

Pela educação o indivíduo teria a possibilidade de conhecer fatos que ocorreram em tempos passados e que vieram a marcar a cultura de uma determinada nação, servindo assim de inspiração para a construção de um novo homem agregado de valores que fossem condizentes com o perfil da nova nação que a república desejava construir. Nesse processo, o mercado editorial dos livros didático tem um crescimento significativo por ser o principal veículo de informações das escolas primárias brasileiras. Silva (2008) aponta que a escrita de livros didáticos, para muitos autores correspondia ao progresso, uma sociedade instruída e letrada contribuiria para a erradicação do analfabetismo.

Buscando perceber como o ensino de história se difundia no Rio Grande do Norte no início do século XX, o estudo traz em questão a análise do livro didático *Minha Pátria* (1916), no qual estava indicado na edição do Regimento Interno para os Grupos Escolares (1925).

## O LIVRO DIDÁTICO<sup>3</sup> *MINHA PÁTRIA*: UMA FORMAÇÃO CIVICO-PATRIÓTICA



Capa do livro *Minha Pátria* (1916)

Acervo: Acervo digital

Os símbolos ilustrativos presentes na capa do livro expressam a postura que a sociedade deveria ter para com a pátria brasileira. Ordem, respeito, amor ao estado nação, se configuravam como elementos indispensáveis na conjuntura do ensino de história. Quanto à materialidade do livro, a leitura previa da capa nos impulsiona a pensar de que modo estão colocados os sentidos dos conteúdos existentes no objeto:

Em ambos os casos, a dimensão material do livro avulta, propiciando resposta às indagações dos pesquisadores que sobre ele se debruçam. No entanto, igualmente em ambos os casos, é do livro, enquanto objeto que se extraem sentidos ou é a ele que se atribuem sentidos. (ARAÚJO NETO, 2006, P.2).

O livro *Minha Pátria: Ensino da História do Brasil no Segundo Anno do Curso Preliminar*, teve sua primeira edição publicada em 1916. Sob a autoria de João Pinto e Silva <sup>4</sup>

<sup>3</sup> Os materiais didáticos destinados à escola primária apresentavam construções para a história pátria, como aponta Circe Bittencourt, constituídas de: *histórias sobre as tradições brasileiras, informações sobre costumes indígenas, heróis nacionais e seus feitos. Biografias de figuras da história nacional engrossaram, frequentemente, o repertório desta literatura. Os livros de leitura que se constituíram como mais representativos na divulgação da história nacional foram os de Olavo Bilac, especialmente Contos Patrios e Através do Brasil.* (BITTENCOURT, 1993, p. 214)

o livro é composto pelos seguintes capítulos: 1. O rei feliz; 2. O caçador; 3. Em passeio; 4. O lavrador e seus filhos (I); 5. O lavrador e seus filhos (II); 6. Os ciganos; 7. O industrial; 8. Tio Pedro (I); 9. Na aula de leitura; 10. Os Palmares; 11. O mau afilhado; 12. O que faz a ambição; 13. Ainda a ambição Tio Pedro (II); 14. Magdalena; 15. O dia 21 de Abril; 16. No Jardim botânico; 17. O museu; 18. Férias; 19. Uma lição bem aproveitada; 20. No Grupo – escolar; 21. O Pantheon (I); 22. O Pantheon (II); 23. Os escravos; 24. A República brasileira; 25. A bandeira (I); 26. A bandeira (II). No final de cada capítulo, o autor dispõe uma lista de exercícios para os professores trabalharem com os alunos. O material didático teve sua circulação nas escolas dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Ceará, Maranhão, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte.

No que antecede a obra escrita, especificamente no prólogo, o autor faz uma ressalva sobre a importância do estudo da história-pátria, enfatizando a necessidade de adequações, pois a disciplina de história ainda encontrava-se sem atrativos para a compreensão dos conteúdos por parte das crianças. Desse modo, os conteúdos do livro são escritos em forma de historietas, cujo texto se torna ficcional e narrativo, facilitando assim a interpretação e compreensão. O autor ainda aponta que para melhor obtenção de resultado, tornava-se necessário prender a atenção das crianças para fatos que eram destacados na história, a exemplo das biografias de pessoas ilustres consideradas importantes na construção da nação.

É perceptível que as ideias do autor João Pinto e Silva, eram condizentes com que estava estabelecido no Regimento Interno para os Grupos Escolares (12925). A proposta para o ensino de História Pátria versava que na sala de aula deveria acontecer palestras que mostrasse de maneira fantasiada os acontecimentos da história, e os heróis que dela fizeram parte. Esse ato de simbolismo era uma forma de educar as crianças enfatizando a importância dos fatos que ocorreram ao longo do percurso de toda a nacionalidade e que se perpetuaram como práticas que geralmente eram exercidas pela sociedade:

O enaltecimento da pátria e da nacionalidade perpassava todo o saber histórico construído para a transmissão nas escolas primárias, nas lições sobre independência e sobre o império, sobre o descobrimento, e sobre a formação do povo brasileiro (SOUZA, 2008, p.68).

Sendo assim, era a partir da instrução do moral e civismo que essas práticas em sala de aula deveriam ser enaltecidas. No que se refere à transmissão de conceitos cívicos e patrióticos, o livro *Minha Pátria*, no capítulo *O dia 21 de abril*, o autor escreve o texto em

---

<sup>4</sup> De acordo com o estudo de Alves 2010: João Pinto e Silva foi inspetor distrital escolar do município de São José do Rio Preto. Outras obras do autor: *Meus Deveres* (1916); *Terceiro Livro de Leitura* (1929); *Cartilha do lar* (s/d).

forma de diálogo para apresentar Tiradentes como o herói da Inconfidência Mineira. O texto relata que havia dois meninos conversando embaixo de uma árvore, e um deles questionou porque não tinha havido aula no dia anterior:.

- Renato, por que motivo não houve aula ontem?
- Pois não sabes, Guilherme?!
- Não; não compareci, anteontem, ao Grupo.
- E' verdade! Já não me lembrava! Mas, não importa.
- Vas já saber o que desejás (MINHA PÁTRIA, 1916, P.68).

No decorrer da conversa, o personagem Renato explicou que no dia anterior não houve aula devido ser o dia de Tiradentes. Nesta passagem, João Pinto e Silva faz referência a Tiradentes como um patriota, que derramou seu próprio sangue em honra a pátria. Ser levado à forca em 21 de abril representou um ato de heroísmo! O homem que se rendeu para livrar seus companheiros da culpa é considerado um grande herói que foi vítima do amor à pátria.

A demonstração de zelo e respeito com os símbolos nacionais chamou-me atenção no capítulo intitulado *A Bandeira I*. Não era comemoração ao dia da bandeira, porém, varias crianças estavam reunidas para empinar um papagaio de papel! A linha já estava desenrolada e o garoto que a segurava estava aguardando à largada para a ascensão começar, quando de repente se ouve:

- Esperem, esperem um pouco! Bradou uma das crianças presentes. Trago aqui uma bandeira nacional. Vamos cobri-lo o papagaio com ella antes de faze-lo subir?
- Vamos, responderam quasi todas as outras, achando a ideia muito boa.
- Quando, porém, iam pô-la em execução, surgiu, no meio delas, um menino que por acaso passava e que ouvira a conversa.
- Não façam isso, disse ele; não se deve brincar com a bandeira nacional.
- Fora, fora! Gritaram os outros.
- O menino não se comoveu e continuou:
- Não me retiro, e jamais consentirei que se brinque com o *symbolo sagrado* da minha terra! (MINHA PÁTRIA, 1916, P. 110).

Trabalhar os símbolos nacionais era uma forma de ensinar as crianças o amor e respeito pelo seu país. Um dos principais atributos para a escola primária seria promover às festividades em comemoração as datas nacionais. O autor narra o texto usando fantasia e ficção para despertar a atenção e curiosidade nas crianças, embora descreva a figura de um menino que impediu uma brincadeira com a bandeira nacional, torna-se perceptível que o sentido do texto é chamar a atenção do leitor para a importância do objeto em questão.

Para o desfecho da história, no capítulo *A bandeira II*, Pinto e Silva menciona que o ato de heroísmo do menino, foi resultado de uma comemoração ao dia 15 de Novembro que ele havia participado na escola, data em que se comemora o dia da bandeira. Nesta solenidade

a criança ouviu o professor dizer em um bom tom de voz que a bandeira nacional era o retrato da terra chamada Brasil. Conhecer as cores da bandeira, mostrar obediência, era a principal mensagem que o autor desejava transmitir no texto.

Algumas situações do cotidiano como forma de comparação eram usadas nessa obra para a abordagem de alguns temas. *Na aula de leitura*, capítulo que discute sobre a Guerra Holandesa, para introduzir o tema, o texto inicia-se com uma situação de preconceito existente entre alunos de um Grupo Escolar, centrando-se na personagem do *Pretinho Benedicto*, que sofria com o preconceito racista dos seus colegas. No Momento da leitura diária não contendo o choro, *Benedicto* não teve condições de dá prosseguimento a leitura, o que indagou o professor a perguntar o que teria acontecido, e mesmo assim o garoto se recusou a falar. No entanto, havia outro menino que sabia o que de fato teria acontecido:

—Benedicto não quer acusar ninguém, mas elle tem razão de chorar. Um colega *insultou-o* muito, no recreio, e ainda lhe disse: *negro não é gente*. Muitos meninos *concordavam* com o insulto.”

—Foi um tolo quem lhe disse isso, tornou o professor. Ainda mais tolos foram os que concordaram.

—Ora, ouçam uma historia, e depois me digam si negro não é gente. Quando o Brazil passou para a Hespanha foi, duas vezes, invadindo pelos *hollandezes*.

Da primeira vez eles estiveram durante um anno em nossa terra, na Bahia.

Era governador Diogo de Mendonça Furtado.

Graças aos esforços do bispo D. Marcos Teixeira e de outros patriotas, foram os *invasores* expulsos de nossa patria.

Da segunda vez estiveram aqui muitos anos. Foi no tempo em que Mathias de Albuquerque governava *Pernambuco*.

Era Mathias de Albuquerque um general cheio de valor e de energia.

Adversário temido dos hollandezes, combateu contra estes quase todo o tempo da guerra.

Si não fossem o valente Mathias de Albuquerque e outros grandes homens, com certeza os hollandezes não teriam mais sahido de nossa terra.

Só depois de muitos *combates*, é que foram obrigados a retirar-se.

Dentre os *héroes* que expulsaram os hollandezes, houve um muito valoroso. Além de patriota, era valente como um leão.

Uma vez, em batalha, foi elle gravemente ferido numa das mãos. Julgando o ferimento ter sido feito por *projectil* envenenado, mandou amputar a mão ferida e continuou a *peleja*.

Esse héroe, esse bravo, era humilde negro chamado Henrique Dias.

—Agora me digam si negro não é gente?

Ninguém respondeu, mas os colegas que tinham ofendido a Benedicto, foram, um por um, pedir-lhe desculpas.

A figura do patriota é ressaltada no texto, não por ser um negro, a narrativa evidencia seu ato de heroísmo pela sua bravura no combate a guerra. Vale ressaltar aqui que na lista de exercícios indicados pelo autor no final da página do capítulo, não consta nenhum questionamento sobre o ato de racismo, ou algo relacionado à escravidão e presença dos

africanos no Brasil. A lista de exercícios baseia-se em perguntas sobre os acontecimentos da Guerra Holandesa, e os nomes dos heróis que dela fizeram parte. Na análise do livro *Minha Pátria*, é perceptível que os conteúdos são elaborados de forma que a educação seja de caráter formador com base nos acontecimentos e fatos ocorridos na história, evidenciando a figura de grandes nomes que contribuíram para o progresso da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trajeto das pesquisas em história da educação, o contato com diversas fontes documentais explicitam o quão são importantes para estudos no campo da pesquisa historiográfica, nas leituras das linhas e entrelinhas desvendamos inúmeras questões que por vezes só emergem a partir das interrogações do pesquisador em diálogo com outras fontes e autores.

Analisar e fomentar discussões acerca do ensino de história nas escolas do Rio grande do Norte no início do século XX com base no estudo do material didático *Minha Pátria: Ensino da História do Brasil no Segundo Anno do Curso Preliminar (1916)*, nos oportunizou perceber de maneira detalhada a escrita dos conteúdos no livro, e como se disseminava uma educação que fosse de caráter formador cívico e patriótico. A escrita do autor João Pinto e Silva, sobre fatos da história do Brasil, se apresenta como textos narrativos que despertava o interesse e atenção dos alunos para aprenderem os princípios e valores de agentes formadores da nação. Historietas acompanhadas de gravuras, diálogos de forma fantasiada, acompanham todo o percurso da obra do autor.

Portanto, fica perceptível que o ensino de história no Rio grande do Norte, diante da análise dos conteúdos descritos no livro, buscava instruir a sociedade dentro de conceitos de civilidade e nacionalidade. Seguir os exemplos daqueles que se destacaram como figuras ilustres do patriotismo, era o principal objetivos dos estudos da disciplina de história.

Consideramos o trabalho com livro didático como fonte relevante para os estudos na História da Educação, pois a partir da análise do escrito tivemos a oportunidade de conhecermos como eram os conteúdos estabelecidos para o ensino de história nas escolas primárias do Rio Grande do Norte, seus princípios, métodos, processos e estratégias para aprendizagem. Almejamos por meio deste estudo contribuir para a historiografia norte-riograndense.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO NETO, Miguel Leocádio. Sobre a materialidade dos livros e seus sentidos. Rev.de Letras- N°.28- Vol. 1/2- jan/dez.2006.

ALVES, Raquel da Silva. A minha, a tua e a nossa pátria: Livros escolares para o ensino de História na década de 1920. Revista Perspectiva histórica- N° 10- Julho/dezembro.2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, n.2, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive Veiga. (Org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MEDEIROS, Adriana Moreira Lins de. O Ensino de História nos Currículos Escolares no Rio Grande do Norte. 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº249 de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução pública. Actos Legislativos e Decretos do Governo. Natal: Tipografia da República, 1909.

\_\_\_\_\_. Departamento de Educação. *Regimento Interno dos Grupos Escolares*. Natal: Tipografia da República, 1925.

SILVA, Alexandra Lima da. Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil- Rio de Janeiro( 1870-1924). 159f. Dissertação ( Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA. Francinaide de Lima. *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores*. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA. J. Pinto. **Minha Pátria**. 14ª Ed. São Paulo: 1916.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.